

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 115, DE 2007

Cria o Tribunal Superior da  
Probidade Administrativa.

Autores: Deputado PAULO RENATO  
SOUZA e Outros

Relator: Deputado FLÁVIO DINO

### VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO ROBERTO MAGALHÃES

Trata a presente PEC nº 115, de 2007, da criação do Tribunal Superior da Probidade Administrativa, com funções de julgar ações penais referentes a crimes contra a administração pública e ações cíveis que se refiram a atos de improbidade administrativa contra “altas autoridades públicas”.

Dada a relevância da matéria, solicitamos com base regimental VISTA do processo.

A nossa preocupação, em que pese a elevada qualificação do Relator, foi a de analisar melhor a questão de atendimento ao princípio do duplo grau de jurisdição, além do conhecimento apropriado do texto integral da proposição.

#### I) A questão do duplo grau de jurisdição

Verificamos, agora, que o texto da proposta de emenda sugere a adição de uma alínea “c” ao inciso II do art. 102 da Constituição Federal, estabelecendo o cabimento de **recurso ordinário** para o Supremo Tribunal Federal, “nas ações, penais e cíveis, da competência originária do Tribunal Superior da Probidade Administrativa, **se julgados procedentes.**”

Não encontramos, no texto da proposição, dispositivo expresso quanto ao cabimento de recurso no caso de improcedência das referidas ações.

É o entendimento do ilustre relator, Deputado Flávio Dino, com o qual concordo, o de que está implícito o cabimento do recurso extraordinário, na conformidade dos dispositivos constitucionais e processuais pertinentes àquele recurso.

## II) Uma outra Questão Recursal

Ainda no texto da PEC nº 115, de 2007, quando se propõe a inclusão de um Art. 103-C, está assim disposto no mencionado artigo:

“Art. 103-C .....

§4º .....

*II - compete exclusivamente ao relator da ação, **sem recurso**, decidir fundamentadamente sobre:*

*a) recebimento da denúncia;*

*b) a regularidade da ação e as providências necessárias ao seu prosseguimento quando iniciada perante outros juízos e posteriormente encaminhada ao Tribunal em razão de superveniente investidura do réu em cargo referido no §3º.”*

Nessa hipótese também não se prevê recurso, ainda que regimental, o que todavia não nos parece violar o direito à ampla defesa, previsto constitucionalmente.

Isso porque, sendo a decisão contrária ao réu, caberá *habeas corpus* (inciso LXVIII do art. 5º da Constituição Federal).

Sendo assim, o nosso voto é favorável ao parecer do ilustre Relator, no sentido da admissibilidade da PEC nº 115, de 2007.

Sala da Comissão, em 13 de setembro de 2007

Deputado ROBERTO MAGALHÃES